



## C A P Í T U L O 8

# PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O TEAR DA LITERATURA NO ENSINO SUPERIOR

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2872503098>

**Rayssa Oliveira do Nascimento**

Pedagoga/UFAL; Mestra em Educação/UFBA, Doutoranda em Educação/ UFBA

**Allan Kelisson Verissimo da Silva**

Pedagogo/UFAL; Pós-graduado em Práticas Pedagógicas/IFES, Pós-graduado em Docência com Ênfase na Educação Especial/IFMG

**RESUMO:** O presente texto apresenta um panorama acerca das pesquisas produzidas pelo Programa de Pós-graduação em Educação Especial – PPGEs da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Tendo como objetivo averiguar o que há de pesquisas sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE no PPGEs. O estudo se dá por vivenciarmos, ainda que em passos lentos, as tentativas de evolução nas políticas públicas já vigentes e inserção de novas políticas no Estado, contemplando o AEE e o aluno com deficiência, pois, algumas dessas políticas não são claras quanto aos serviços ou ações pedagógicas desse atendimento. Sendo assim, faz-se necessário uma análise minuciosa das produções acerca da temática em questão para compreendermos o distanciamento ou aproximação entre as pesquisas e o serviço/ação pedagógica que acontece no AEE. Por ser um dos poucos programas de pós-graduação com escopo na Educação Especial no Brasil, a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar foi escolhida como fonte de dados por seu pioneirismo. Para coleta de dados, o repositório institucional do próprio programa foi utilizado, prioritariamente as teses e dissertações. Os estudos de Romanowski (2006) e Ferreira (2002) embasam teoricamente a pesquisa no que se refere à metodologia do estudo, conhecido como Pesquisa Bibliográfica. A metodologia em questão nos permite compreender o que há na literatura e como os dados podem contribuir para futuras pesquisas, além de averiguar como a temática vem sendo discutida na comunidade acadêmica. Na análise dos dados coletados ficou perceptível que há entre as 08 produções perfis lineares que discorre do mesmo discurso até certo ponto, sendo: a) formação de professores; b) ensino colaborativo com foco no

ensino do aluno; c) análise sistemática das formações; d) efetivação de políticas públicas. Exclusivamente sobre o AEE, as produções encontradas debatem sobre formação de professores para o atendimento especializado; organização da sala de recurso; currículo e políticas públicas para efetivação do serviço; e também, práticas pedagógicas. A temática da pesquisa não servirá somente para compreendermos o cenário atual de pesquisas na área, mas também, serve como forma de luta por um ensino superior inclusivo e de qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prática pedagógica. Atendimento Educacional Especializado. Educação Especial

## INTRODUÇÃO

A escola historicamente caracterizou-se com uma estrutura homogênea de participação de um grupo privilegiado, excluindo todos que não se enquadram nas suas regras estabelecidas, ou seja, a escola constituiu-se como um espaço de exclusão de todos aqueles que não se encaixam no padrão estabelecido por ela e pela sociedade.

Durante muito tempo [...] a Educação Especial circunscrevia-se ao contexto das escolas especiais, separadas do sistema de ensino regular e justificadas pelas visão determinista das deficiências (Silva, 2008, p. 66).

Dessa forma, as pessoas com deficiência sempre viveram envolvidas em um contexto de exclusão social, escolar e muitas vezes familiar. Um estigma, uma marca que indicou castigo e desgraça.

O termo integração não pode ser utilizado de forma unívoca, homogênea ou determinista. Ele tem sido alvo de diferentes interpretações. Na educação, podemos destacar que o pensamento mais comum é a não-segregação, ou seja, integrar significou colocar as pessoas com deficiência juntamente com as pessoas não-deficientes.

Para Ferreira e Guimarães (2003, p. 110-111):

[...] a integração aparece envolta numa série de significados, que variam desde a inserção plena dos deficientes na sociedade até a sua preparação para uma possível inserção social. Nesse último pólo, estão incluídos também aqueles que consideram “integração” a participação das pessoas com deficiência em grupos de iguais, quer quando matriculadas em escolas especiais ou estudando em classes especiais ou de treinamento para o trabalho em oficinas pedagógicas.

Um importante fato na evolução histórica e que prejudicou o processo de integração foi a falta de equipamentos pedagógicos e tecnológicos que pudessem favorecer a integração das pessoas com deficiência na escola comum e a formação continuada de professores. Dessa forma, muitos alunos ficaram durante anos participando das classes e escolas especiais sem a integração na sala comum.

Como diz Silva (2008, p. 70):

A integração de alunos com deficiência na escola regular, quando considerada em contraste com a via comum do sistema de ensino regular, com as dificuldades econômicas e as incertezas financeiras da política educativa, com o crescente envolvimento dos pais e outras forças da chamada sociedade civil no terreno educativo, tornou-se uma questão de extrema complexidade e com enormes dificuldades de implementação, que ao nosso parecer foram mais questões de natureza sócio-política do que técnicas ou pedagógicas.

Dessa forma, sem recursos e apoio pedagógico, a escola praticamente abandonou os alunos com deficiência, pois, grandes partes não conseguiam acompanhar as atividades da instituição. A escola não realizou a formação continuada para os docentes, às flexibilizações nas atividades pedagógicas, na estrutura física e principalmente na quebra de barreiras atitudinais do professor e da comunidade escolar.

Sendo assim, fomos norteados pela inquietação de querer averiguar: o que há de pesquisas com foco no Atendimento Educacional Especializado – AEE no Programa de Pós-graduação em Educação Especial – PPGEs da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar?

A pergunta norteadora nos mostra o caminho a ser percorrido, e para tentar responder tal indagação, a pesquisa teve como objetivo principal: averiguar o que há de pesquisas sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE no PPGEs.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Para averiguar o que o Programa de Pós-graduação em Educação Especial – PPGEs vem produzindo sobre o AEE nos últimos anos e propor uma intervenção pedagógica para professores que atuam na modalidade de Educação Especial, utilizamos como metodologia a Análise de Literatura.

Para Ferreira, (2002) a metodologia adotada na pesquisa, conhecida como Estado da Arte, Estado do Conhecimento, Revisão Bibliográfica ou Análise de Literatura, tem por objetivo:

O desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p.258).

Na pesquisa menos é mais, e toda prática, teoria e inquietação leva um caminho de possibilidades que só quem percorre passa a conhecer onde o caminho leva.

A metodologia da pesquisa nos permite consolidar e constatar a relevância do levantamento sistemático, pois em síntese, conforme alude Romanowski e Ens (2006):

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (Romanowski ; Ens, 2006, p. 39).

O percurso de levantamento de dados do presente texto foi feito pelos filtros no repositório institucional do PPGEs, por assunto, inserindo o Atendimento Educacional Especializado que logo mais, para confirmação das fontes, a palavra foi alterada por AEE, e para então conferência final desses dados foi incluído na busca o recorte temporal (2000 a 2022) e as palavras-chaves: AEE e Atendimento Educacional Especializado, que apresentou as mesmas pesquisas em todos os filtros.

Sendo assim, fomos contemplados fielmente com os dados, para então elaborarmos quadros, tabelas, gráficos e iniciarmos as análises.

## ANÁLISE DOS DADOS

As análises de textos estão cada vez mais dando um norte produtivo para as bases teóricas de antigos e novos estudos, no que se referem à metodologia para a análise de literatura, autores desvelam sobre essas contribuições, além de organizar e disseminar as pesquisas de suas determinadas áreas, tal metodologia permite que novas produções a partir de seus dados sejam feitas.

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p. 258).

Levando em consideração que qualidade e quantidade são dois extremos, a análise de literatura atesta quais caminhos percorrer ao pesquisador que por sua vez está em busca do até então desconhecido, “do conhecimento, por parte dos pesquisadores, das mudanças filosóficas, científicas e tecnológicas e seus impactos sobre as pesquisas” (Chauí, 2003, p. 14).

Corroboramos com Ferreira, 2002:

Ainda, podemos dizer que a História de certa produção, a partir dos resumos das pesquisas, não oferece uma compreensão linear, uma organização lógica, sequencial do conjunto de resumos. Entre os textos há lacunas, ambiguidades, singularidades, que são preenchidas pela leitura que o pesquisador faz deles. Então, a História da produção acadêmica é aquela proposta pelo pesquisador que lê. Haverá tantas Histórias quantos leitores houver dispostos a lê-las (Ferreira, 2002, p. 269).

Há uma resposta para a sociedade que vê os pesquisadores como prestadores de serviço, que falam que a universidade pública é paga por impostos do povo e que pesquisar para o bem da sociedade é o mínimo, contudo, fazer pesquisa no Brasil tem custado “caro”, não me refiro aos custos do capital e sim ao desmonte vivido pela ciência. Para Chauí (1999):

‘qualidade’ é definida como competência e excelência cujo critério é o atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. (...) Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga o que se produz, como se produz, para quem ou para que se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade (Chauí, 1999, p. 6).

Ainda assim, olhando por outro viés, Ferreira (2002) em seus estudos traz reflexões que reforçam esse pensamento da sociedade quanto aos serviços do pesquisador, em especial as pesquisas com metodologia de análise de literatura, pois para a autora:

Os catálogos são organizados pela ideia de acumulação – reunir tudo o que se tem de avanço da ciência em um único lugar; pelo fascínio de se ter a totalidade de informações – dominar um campo de produção de um conhecimento, visão absoluta de poder; pela possibilidade de otimização da pesquisa – ganhar tempo, recuperar velozmente informações, com menor esforço físico; pelo mito da originalidade do conhecimento – pesquisar o que não se conseguiu ainda, fazer o que ainda não foi feito; pela imagem de conectividade – estar informado com tudo que se produz em todos os lugares. Além disso, há várias outras razões e estratégias de organização do catálogo: a disputa por verbas para bolsas, convênios estimulando certos estudos, o sentimento de poder das instituições que o produzem, um marketing da própria pesquisa acadêmica que está colocada no mercado como qualquer outra mercadoria. Os catálogos fazem, portanto, parte da disputa política no interior dos Institutos de Ensino Superior (Ferreira, 2002, p. 260 – 261).

Os diversos estudos de teóricos nos permitem inferir que embora o vasto campo de pesquisa não consiga contemplar pesquisadores e estudantes das áreas em sua totalidade, surge então, a necessidade de um olhar acadêmico mais criterioso para alguns temas a fim de que sejam debatidos e que as políticas públicas o contemplem, mesmo que pesquisar não tenha fim, as revisões de literatura permitem que o pesquisador compreenda as lacunas que encontre e deixa essa brecha para que seja contemplada por um pesquisador que se aprofunde na temática em questão, é um ciclo vicioso que não tem fim.

O AEE tornou-se uma prioridade para a Educação Especial em parceria com o apoio do Ministério da Educação. Observa-se essa preferência quando se analisam os dados oficiais do MEC/SECADI em relação à implantação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais onde acontece o AEE nas escolas públicas brasileiras.

Em menos de uma década (2005 a 2014), houve investimento maciço para a implantação desse programa. “Em 2005 o programa alcançou 5.020 municípios (90%)” (MEC, 2015, p.17).

Entre 2005 a 2014, foram disponibilizadas 41.801 Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas públicas.

Atualmente esse serviço é realizado de forma prioritária nas escolas públicas do nosso país, entretanto, é possível ter o serviço em Centros de Educação Especial e Clínicas. O Ministério da Educação disponibiliza os recursos pedagógicos, a tecnologia assistiva e normatiza a formação de professores para atuarem nessa proposta, assim, as escolas públicas estão trilhando esse caminho, de forma lenta, mas trilhando, com o propósito de incluir todos os alunos no mesmo espaço, ou seja, na sala de aula regular e participando de todas as práticas sociais realizadas no ambiente escolar.

Com a catalogação dos dados para a produção do texto em tela, podemos inferir que há uma grande efetivação de pesquisas no PPGEs.

As pesquisas, por sua vez, contribuem de forma direta no que tange a Educação Especial e Inclusiva. Isto porque, foi possível diagnosticar que desses dados, é possível observar, fazendo uma analogia, um conjunto de chaves que abrem portas para caminhos diferentes, mas que estão ligadas de alguma forma, pois é perceptível que as pesquisas e os pesquisadores do PPGEs acompanharam a evolução cultural das temáticas com foco na pessoa com deficiência.

O objetivo geral proposto pela pesquisa irá manter concentrado o levantamento de dados das teses e dissertações do PPGEs com foco no AEE, que segundo os dados coletados no repositório institucional, totaliza em seu banco de dados 623 (seiscentos e vinte e três) publicações, que se dividem em 226 (duzentas e vinte e seis) teses e 397 (trezentas e noventa e sete) dissertações, todas nas áreas de concentração a Educação Especial, subdividida em 18 (dezoito) grupos de pesquisa, dando destaque ao mais antigo, criado em 1992.

ÁREA	TOTAL	ÁREA	TOTAL
Ciências da saúde	05	Orientação e Aconselhamento	06
Educação	121	Planejamento Educacional	11
Administração Educacional	02	Tópicos Específicos da Educação Especial	471
Currículo	07	Geografia	01
Ensino e Aprendizagem	51	Psicologia	36
Fundamentos da Educação	04	Linguística	01
Ciências	01	-	

QUADRO I – ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO GERAL DAS PRODUÇÕES DO PPGEs

Fonte: Autoria

É possível que uma mesma produção esteja concentrada em mais de uma área, isso vai depender unicamente da proposta de pesquisa, sendo assim, o número total apresentado no quadro I não equivalem às produções de forma individual, mas sim, as áreas que essas produções se enquadram, mesmo todas partirem do pressuposto da Educação Especial, é perceptível uma teia de conexões entre os assuntos, áreas e propostas.

Segundo os dados do repositório institucional do PPGEs, suas pesquisas totalizam até o fim desse levantamento de dados no primeiro semestre de 2022 o total de 623 (seiscentos e vinte e três) publicações, apenas 08 (oito) são pesquisas com foco no Atendimento Educacional Especializado – AEE. Sendo 03 (três) são teses e 05 (cinco) dissertações.

As pesquisas de Milanesi (2012; 2018); Abreu (2021), Rabelo (2016); Rios (2013); Rodrigues (2015); Lago (2014) e Santos (2014) compõe a análise de dados onde discorrem numa rede de conexões para compreender o que vem sendo debatido sobre o objeto (Quadro II).

AUTOR (ANO)	TÍTULO	OBJETIVO	TIPO
Milanesi (2017)	Rede social virtual de professores especializados e a escolarização de estudantes com deficiência intelectual	Descrever e analisar a prática pedagógica no AEE para alunos com deficiência intelectual e investigar estratégias para prover formação para professores de alunos com deficiência intelectual.	Tese
Rabelo (2016)	Casos de ensino na formação continuada à distância de professores do atendimento educacional especializado	Analisar as contribuições e os limites que as análises e elaboração de casos de ensino propiciam a aprendizagem e desenvolvimento profissional de professoras do AEE, em um processo de formação continuada realizado em ambiente virtual de aprendizagem.	Tese
Rodrigues (2015)	Atendimento educacional especializado na educação infantil: interface com os pais e professores da classe comum	Descrever e analisar como ocorre o atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais pré-escolares e a participação dos pais e professores do ensino comum sobre esse processo.	Dissertação
Milanesi (2012)	Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista	Descrever e analisar em conjunto com profissionais da educação os serviços de SRMs de uma cidade de médio porte do interior paulista, compreender como esses profissionais estão se organizando para alcançar as disposições legais sobre a implantação do AEE.	Dissertação

Rios (2013)	Imagens de si e da sala de recursos multifuncionais em blogs de professores especializados	Descrever e analisar por meio da Semiótica Textual o que os professores que trabalham com educação especial publicam em seus blogs pessoais e como constroem imagens de si e das salas de recursos multifuncionais.	Dissertação
Lago (2014)	Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual baseado no coensino em dois municípios	Desenvolver, implementar e avaliar um Programa de Atendimento Educacional Especializado - AEE baseado na Co-ensino, para alunos com deficiência intelectual em contexto de sala de aula regular em quatro escolas públicas de duas cidades.	Tese
Abreu (2021)	O que dizem as pesquisas atuais sobre o Atendimento Educacional Especializado para Surdos	Identificar nos artigos publicados no Portal de Periódicos Capes/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da Educação) como vêm sendo ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para surdos no Brasil, a partir do ano 2005, ano de publicação do Decreto nº 5.626.	Dissertação
Santos (2019)	Matrículas de estudantes com deficiências EJA e oferta do atendimento educacional especializado nos municípios paulistas	Caracterizar a matrícula geral dos alunos do PAEE em EJA (ensino fundamental) em escolas municipais de São Paulo e identificar a oferta de AEE para alunos do PAEE matriculados na modalidade EJA em dez cidades do estado de São Paulo.	Dissertação
TOTAL			
Teses 03		Dissertações 05	

QUADRO II – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O AEE DO PPGEs

Fonte: Autoria

É possível compreender o interesse acadêmico dos pesquisadores por tais temáticas, uma linha firme de afinidade com a temática de suas pesquisas faz com que o percurso se torne mais tranquilo e satisfatório, ainda assim, é preciso olhar pelas garantias e efetivação de direitos da pessoa com deficiência, principalmente quando as pesquisas não são apenas produções para uma titulação, mas também, dados embasados para que se crie, implementem ou suplementam o que for necessário em prol desses sujeitos.

Na dissertação intitulada *“O que dizem as pesquisas atuais sobre o Atendimento Educacional Especializado para surdos”*, pesquisa recente do PPGEs, defendida em 2021, Abreu traz um panorama de um estudo bibliográfico de pesquisas que



tem como objetivo catalogar artigos do repositório no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes/MEC, para compreender como vem sendo ofertado o Atendimento Educacional Especializado para surdos no Brasil, desenvolvendo uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo.

A autora aborda de que forma o AEE tem sido ofertado para os alunos surdos e como a figura desses alunos nos espaços são importantes. Além de levantar críticas e inquietações sobre a falta de professores surdos nesses espaços, “professores pouco comuns” para atender tal demanda.

A autora ainda nos apresenta ao longo do seu texto, em suas análises, o que ela denomina Eixo de Análise, são três tópicos que subdividem as produções por: A Centralidade da Libras; Mediação; Formação de Professores do AEE.

É impossível não pensar que a pesquisa analisada e a proposta do presente texto caminham pelo mesmo percurso para fins de interesse comum, compreender a efetivação do AEE para os alunos com deficiência, no caso de Abreu (2021) o aluno surdo.

Ainda assim, é preciso pensar por outro viés o que o aluno está aprendendo na escola e como o AEE pode contribuir para a emancipação da pessoa com deficiência? Milanesi afirma que a construção do conhecimento pelo aluno “[...] é feita em diversos momentos. Quanto à avaliação, ela deve permitir conhecer o ponto de partida e de chegada do aluno” (Milanesi 2016, p. 70). E sobre as orientações para o ensino no AEE a autora é assertiva em sua afirmação no que se refere ao aluno com deficiência intelectual, pois:

Já para Milanesi (2012), que aplicou sua pesquisa em uma rede conjunta de 64 municípios, englobando 115 pesquisadores provenientes de 18 Estados do país, representando 44 Instituições de Ensino Superior – IES coletaram uma amostra de dados de 2.500 professores das SRMs, aplicando por meio eletrônico um questionário, entende que ela deverá ser organizada “[...] com diferentes equipamentos e materiais, de modo a atender, conforme cronograma e horários” (Milanesi, 2012, p. 24). Ainda, traz orientações sobre o perfil profissional atuante nesse espaço, pois dessa forma, “[...] os profissionais atuantes desse ambiente precisam também ser ‘multi’, dependendo dos alunos para eles selecionados” (Milanesi, 2012, p. 24).

Considerando que a opção da política de Secretaria de Educação Especial (SEESP) de priorizar a chamada “classe de recurso multifuncional” como uma espécie de “serviço tamanho único”, quando ela deveria ser apenas mais um dos vários serviços de sistema contínuo dos serviços, representando uma simplificação dos serviços de apoio, o que não encontra sustentação na literatura da área da Educação, em termos de efetividade, para atender às necessidades tão diversificadas deste alunado (MENDES, 2009, p. 12).

Desde a evolução na historicidade do país, já se falava nas pessoas com deficiência, não com a força e atenção que na época, fazia-se necessário para garantias de direitos, o que hoje nos faz julgadores e expositores desse passado que envergonha, mas não se esquece da história e das lutas por essas garantias, pois no Brasil muito se tem sobre a Educação Especial, há anos estudiosos discutem e lutam pelos direitos desses sujeitos, governantes decretaram portarias, leis, resoluções, professores formaram-se e especializaram-se para atender a demanda desses alunos, mas, por que o Brasil não é pioneiro no que se tange uma educação efetivamente inclusiva?

Além disso, o professor do AEE, por ser parte desta nova forma de atendimento, ainda é um sujeito que precisa fazer com que a equipe escolar entenda e reconheça a sua função no processo de formação acadêmica dos alunos PAEE. Isso é necessário porque ainda existem muitas escolas que acreditam que o espaço do AEE é segregatório (Rodrigues, 2015, p.22).

As mudanças repentinas que acontecem no que já se tem, ou a exclusão do que se garantiu, fazem com que o processo de efetivação não aconteça. Para os “poderosos” em nada é interessante investir numa educação cara, marginalizada, que não tem retorno financeiro e que para a elite, tira de alguns para contemplar quem deveria estar em casa, já que para essa mesma elite, esses sujeitos são considerados incapazes e não devem ocupar os lugares de pessoas “normais” dentro da sociedade.

Sem demagogia, em pleno século XXI, na era da tecnologia, não é difícil encontrar civis com esse pensamento retrógrado e reducionista.

Contudo, as mazelas que sofrem a Educação Especial não são somente pela falta das garantias de direitos do Poder Público, da inserção de leis e da falta de profissionais qualificados, pois os que estão, são realmente capacitados, instruídos, respaldados, recebendo apoios e formações e prontos para atender tal demanda?

Depreende-se desse entendimento a inquietude dos estudiosos por não ainda compreender como não foi, de fato, encontrado a solução para esse problema, tratando então sobre as discussões de interesse comum, segundo Abreu (2021, p.83).

Concluindo, a autora traz inquietações provocativas, concretizando que no dia a dia dos professores lotados na sala de recurso e/ou que são responsáveis pelo AEE está, muitas vezes, a ver navios. Nesse sentido, “na prática do dia a dia destes professores percebe-se um distanciamento entre a prática possível de ser realizada no contexto real da escola e os dispositivos legais” (Rodrigues, 2015, p.29).

Mercado (2016) desvelando introdutoriamente sobre a formação docente dos professores e sobre a Educação Especial no Brasil traz alguns apontamentos que nos permite inferir solidez ao presente estudo, para a autora:

Dar voz a estes professores é compreender como pensam e expressam o próprio processo de formação, atuação e trajetória profissional, considerando que os saberes profissionais desvelados em narrativas orais são constitutivos do processo identitário de um professor de Educação Especial (Mercado, 2016, p. 26 - 27).

O que Abreu (2021) compreende como um serviço, para Rabelo, (2016, p. 45):

A provisão de serviços em educação especial para a garantia da escolarização dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme prescreve a atual política de educação inclusiva, centraliza-se na ação pedagógica do denominado AEE.

E continua, “[...] na medida em que reconhece que a ação pedagógica desenvolvida na oferta do AEE, e no espaço das SRM tem sua complexidade e se articula a múltiplas interferências”.

Os desafios são imensos, pois devemos qualificar os sistemas de ensino para essa ação, em sintonia com a busca de oferecimento de serviços de qualidade para os diferentes planos da ação pedagógica: ampliar e qualificar a educação infantil, garantir a aprendizagem e a continuidade nos ciclos iniciais do ensino fundamental, reduzir o acentuando declínio na passagem ao ensino médio, escolarizar aqueles que não tiveram formação compatível com as idades previstas, ampliar o acesso ao ensino superior, assegurar a presença de apoio qualificado aos processos de inclusão escolar [...] (Baptista, 2011, p. 69).

A menos que se crie em algum determinado momento uma receita para padronizar o ensino, a identidade docente e suas práticas, o que até os dias atuais não é possível, pois não há uma cartilha para a formação humana, faz-se necessário ouvir o sujeito que está inserido em determinado ambiente para que se desvelem práticas, se discuta ideias, e então se crie a identidade dele de acordo com seu campo de atuação e não mais reproduzindo perfis já pré-estabelecidos.

Nas décadas mais recentes, as vertentes que encontramos sobre o processo de formação de professores vão na direção de se formar um profissional reflexivo, capaz de refletir na e sobre sua ação pedagógica, por isso mesmo, a prática do professor é tomada como de grande importância por alguns teóricos, como um espaço rico para a produção de saberes profissionais (Rabelo, 2016, p. 60).

É possível identificar essa característica de professores reflexivos em autores como Nóvoa (1992; 1995); Péres Gomez (1995); Tardif (2000; 2001; 2002; 2003).

É na liberdade que se dá ao diferente e às especificidades dos indivíduos que se ganha uma corporificação das potências de liberdade, do encontro com a aprendizagem em respeito às vivências particulares do aluno e do professor, “um aspecto a se considerar, reporta-se a natureza desta atividade, ser objeto de ação pedagógica aplicável no AEE, como complementar ao ensino comum, ou trata-se de ação própria do ensino comum, já que se refere à didáticas de alfabetização” (Rabelo, 2016, p. 160).

Não restam dúvidas que as pesquisas analisadas tecem entre si e seus teóricos referenciais a defesa de uma educação inclusiva de qualidade, além de um profissional capacitado, multidisciplinar e parceiro do professor da sala comum, junto com toda equipe escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em tela nos permite inferir uma evolução na literatura dentro da área da educação especial. Porém, esse mesmo feito nos mostra que ainda há um caminho a ser percorrido.

A prática pedagógica docente que acontece no Atendimento Educacional Especializado – AEE não se restringe à sala de recursos, essa ação pedagógica pode e deve ser desenvolvida em um ambiente escolar prazeroso, que gere construção de conhecimentos, aprendizado e permanência ao estudante que faz uso do AEE.

Ser docente no Brasil nos obriga a ser corajoso. Ser docente da educação especial, multifacetado, muitas vezes com poucos recursos e com poucas formações e atualizações para exercício da prática docente, fazendo com que o professor sinta-se perdido, desestimulado e até intuitivo no dia-a-dia, é uma realidade atual no país. Não há uma receita para ser docente, contudo, as práticas de outros nos inspira, nos inquieta, nos lança pra frente a fim de tentar sempre, uma educação de qualidade para o aluno.

Ainda assim, de todos os dados coletados no que se refere à análise de literatura, é perceptível que há entre as 08 produções perfis lineares que discorre do mesmo discurso até certo ponto, pois elas seguem rumos diferentes; a) formação de professores; b) ensino colaborativo com foco no ensino do aluno; c) análise sistemática das formações; d) efetivação de políticas públicas.

Exclusivamente sobre o AEE, as produções encontradas debatem sobre formação de professores para o atendimento especializado; organização da sala de recurso; currículo e políticas públicas para efetivação do serviço; e também, práticas pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Thaís Magalhães. **O que dizem as pesquisas atuais sobre o Atendimento Educacional Especializado para surdos...** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14025>.

BAPTISTA, C. R. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados.** Ação pedagógica e Educação Especial, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.59-76, Maio-Ago., 2011. Edição Especial.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.* Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Declaração de Salamanca**, Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25/02/2022.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Reforma do ensino superior e autonomia universitária**. Serviço Social e Sociedade, v. 61, p. 118-126, 1999

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003

FERREIRA, N. S. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, 79, 257-272. 2002 Recuperado a partir de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&nrm=iso&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&nrm=iso&tIng=pt).

FERREIRA, M. e GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

LAGO, D.C.. **Specialized Educational Service for students with intellectual disabilities based on co-teaching in two cities**. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2008.

KASSAR, M. C. M. **Matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala?** In: GÓES, M. C. R. e LAPLANE, A. L. F. *Políticas e Práticas de Educação Inclusiva*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

KELMAN, C.A.; VENTURINI, A.M.; SANTOS, M.P.; MORAIS, S.B.R.; RODRIGUES, M.A. **Formação de professores e organização do ensino nas salas de recursos multifuncionais e classes comuns**. In: VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2013. Anais do VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2013. p.2531-2541.

NÓVOA, A. **Les modèles d'analyse en éducation comparée: le champ et la carte**. Les Sciences de l'Éducation – Pour l'Ère Nouvelle, 1, 9-61. 1995

MAZZOTTA, M. J. S. **Inclusão escolar e educação especial: das diretrizes à realidade das escolas**. In: MENDES, E. G & ALMEIDA, M. A. (Org.) *Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação inclusiva*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MERCADO, E. L. de O. **Identidades do professor de educação especial no contexto de Maceió-Alagoas**. 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MILANESI, Josiane Beltrame. **Rede social virtual de professores especializados e a escolarização de estudantes com deficiência intelectual**. 2017. 374f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MILANESI, Josiane Beltrame. **Organization and Operation of Multifunctional Resource Classes** in a São Paulo Municipality.. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Casos de ensino na formação continuada à distância de professores do atendimento educacional especializado**. 304 folhas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016

RIOS, Gabriela Alias. **Images of teachers and multifunctional resource rooms in blogs of specialized teachers**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin, ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. **Atendimento educacional especializado na educação infantil : interface com os pais e professores da classe comum**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7651>.

SANTOS, Flávia Maria dos. **Matrículas de estudantes com deficiência na EJA e a oferta do atendimento educacional especializado em municípios paulistas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14338>.

SILVA, L. G. S. **Inclusão: uma questão, também, de visão. O aluno cego na escola comum**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2008.

Tardif, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério**. *Revista Brasileira de Educação*, (13), 5-24, 2000.

Tardif, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes. 2002